



IP
A
S

1.ª Comissão Permanente
Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos

5.ª Comissão Permanente
Comissão de Descentralização e Obras Municipais

PARECER CONJUNTO

Proposta n.º 777/2016

**7.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DA
REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA**

A Comissão Permanente Municipal de Finanças, Património e Recursos Humanos e a Comissão Permanente Municipal de Descentralização e Obras Municipais reunidas conjuntamente em 30JAN17, após análise da Proposta n.º 777/2016 e tendo previamente procedido à audição do Sr. Vereador Vice-Presidente da Câmara Municipal e do Coordenador do Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, deliberaram emitir o seguinte Parecer:




I – CONSIDERANDOS

Em 21JAN14, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, sob proposta da Câmara (Proposta n.º 4/2014 e Propostas n.º 915 e 916/2013), apresentadas ao abrigo do disposto na Lei n.º 56/2012, de 8DEZ, o elenco das missões de interesse geral e comum a toda ou parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para execução daquelas missões, e os critérios de transição dos recursos humanos, da Câmara Municipal para as Freguesias de Lisboa.

O Município deve garantir a monitorização e o acompanhamento técnico da implementação da referida deliberação, apresentando relatórios periódicos sobre este processo (cf. n.º 13 da **Secção E** da Versão Consolidada da Proposta n.º 915/2013).

Através do Despacho n.º 67/P/2014, publicado no 3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1056, de 15MAI14, o Grupo de Trabalho criado ao abrigo do Despacho n.º 21/P/2013, sob a coordenação do Prof. João Seixas, assume a denominação de *Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa*, tendo por missão proceder aos referidos trabalhos de acompanhamento técnico da Reforma Administrativa de Lisboa, devendo apresentar Relatórios Trimestrais a partir da data de assinatura dos primeiros Autos de Efectivação da Transferência de Competências para as Freguesias, e Semestrais a partir do segundo ano de efectividade da reforma administrativa de Lisboa.

1. Em 15JUL14, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 278/2014, de 11JUN, relativa ao **1.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**.
2. Em 18NOV14, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 643/2014, da mesma data, respeitante ao **2.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**.
3. Em de 10MAR15, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 49/2015, de 28JAN, relativa ao **3.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**.

- 
4. Em 9JUN15, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 262/2015, relativa ao **4.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.**
 5. Em de 26JAN16, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 777/2015, relativa ao **5.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.**
 6. Em 19JUL16, a Assembleia Municipal apreciou a Proposta n.º 273/2016, relativa ao **6.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.**

Das apreciações efectuadas pela Assembleia, resultou um conjunto de deliberações que assumiram a forma seguinte:


A. Em termos de Conclusões

(a) Verifica-se que o processo de Reforma Administrativa de Lisboa tem decorrido de forma satisfatória para os interesses da cidade e dos seus cidadãos. A gestão de proximidade trouxe melhor serviço às populações e resposta mais rápida e eficaz aos problemas do dia-a-dia. Verifica-se também a existência de Recomendações da Assembleia ainda não perfeitamente concretizadas, mas dada a dimensão da reforma, a transferência de competências, recursos e meios, Lisboa estará hoje, melhor governada e melhor gerida.

(b) Concluída, praticamente que se encontra, a transferência do núcleo duro de competências, quer a Câmara Municipal, quer as Freguesias entraram já numa nova fase de governação, aspirando à prestação de um melhor e mais eficiente serviço público, apostando em mais intensas parcerias urbanas, sob a forma de novos Contratos Interadministrativos.

B. Em termos de Recomendações

É notória a relevância que a Câmara Municipal e o Grupo de Acompanhamento concedem às Recomendações expressas por esta Assembleia Municipal, estando porém ainda por completar o cumprimento das seguintes:

- 
1. A intensificação da distribuição à população da mais completa informação, sob critério idêntico ao adoptado aquando da apresentação das circunstâncias na Reforma Administrativa, o Guia do Múncipe em suporte papel, em termos que assumam o ponto de vista do utilizador a as significativas dificuldades de obtenção da informação exactamente pretendida pelo cidadão interessado;
 2. A definição, em conjunto com as Freguesias de Lisboa, da fronteira entre as obras de natureza estruturante e não estruturante, de forma fina e pragmática;
 3. A especial atenção quanto à necessidade de consciencialização dos diversos Serviços municipais das novas competências das Freguesias, permitindo a assimilação da sua legitimidade executiva e administrativa;
 4. O apoio às Freguesias na substituição progressiva dos materiais e equipamentos transferidos e que se revelaram defeituosos ou obsoletos;
 5. O reajuste dos recursos financeiros disponíveis nas Freguesias e que prejudicam o seu equilíbrio orçamental;
 6. A generalização de um modelo-base, normalizado e equilibrado para os Contratos Interadministrativos com as Freguesias, para delegação de competências em áreas estruturantes, incrementando essa prática de forma tipificada e equitativa, baseada em índices consensualizados, característicos de cada Freguesia;
 7. Resolva até ao fim do presente Mandato Autárquico, as situações de instalações insuficientes, v, g. Fr. de Benfica e Fr. de Belém, ou de qualidade perfectível noutras Freguesias da cidade.

II – ANÁLISE DA PROPOSTA

Através da Proposta n.º 777/2016, ora analisada, a Câmara Municipal ML deliberou submeter à apreciação da Assembleia Municipal de Lisboa o **7.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**, elaborado pelo GAMRAL, no qual se apresenta uma análise do estado-da-arte do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa à data de 30SET16.

O Relatório faz uma análise do processo, mantendo em destaque as análises de base qualitativa, pensadas e desenvolvidas numa multiplicidade de ações, que incluem entrevistas e reuniões com os executivos e chefias dos serviços tanto das Freguesias como da Câmara Municipal.

As análises de monitorização desenvolvidas mostram uma estabilização do grande movimento operacional da reforma administrativa da cidade, consolidando-se assim de forma crescente uma estrutura mais segura de autonomia e de responsabilidade na ação pública de proximidade.

IL
M
S

III – RECOMENDAÇÕES

A apreciação deste **7.º Relatório de Monitorização** suscita a remessa à Câmara das Recomendações complementares e adicionais às alinhadas em B.1 a 7 do Capítulo I que devem ser consideradas em conjunto com as que se seguem, para efeitos de votação global.

1. Conclua o processo de melhoria das aplicações digitais móveis, comuns à Câmara e às Freguesias;
2. Acentue a cooperação institucional com as Freguesias em termos até aqui menos desenvolvidos, especificamente na área social e cultural, espaços verdes, educação e Ocupação da Via Pública;
3. Complete a transferência para as Freguesias dos processos de Licenciamento.
4. Melhore o funcionamento da concretização de ocupações do espaço Público;
5. Assegure que o Inquérito à População, a efectuar no âmbito de processo de Reorganização Administrativa, tenha em todas as suas fases e acções, representatividade estatística bastante;
6. Proceda à remessa à Assembleia Municipal de Relatório-Síntese, contendo as conclusões obtidas pelos Grupos de Reflexão organizados.
7. Produza e apresente um **8º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa**, com base nos elementos obteníveis até ao final do 1º trimestre de 2017.

IV – OPINIÃO DOS RELATORES E DE GRUPOS MUNICIPAIS OU DEPUTADOS INDEPENDENTES

Não foi recebida, por parte desses agentes municipais, qualquer solicitação de anexar ou exprimir uma opinião específica a integrar no presente Parecer.

A apreciação da Proposta n.º 777/2016 cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão deste Parecer, estando assim em condições de ser debatida e votada em Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, reservando os Grupos Municipais e Deputados Independentes para o Plenário da Assembleia, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi Aprovado por Maioria dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes na 1.ª e 5.ª Comissões, com a Abstenção do Grupo Municipal do PCP.

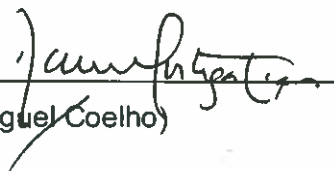
Assembleia Municipal de Lisboa, 31 de Janeiro de 2017

A Presidente da 1.ª Comissão



(Irene Lopes)

PA O Presidente da 5.ª Comissão



(Miguel Coelho)

O Deputado-Relator



(João de Magalhães Pereira)

A Deputada-Relatora



(Sofia Oliveira Dias)